

Políticas públicas na educação básica e o contexto migratório: espectro da naturalização da violência nas relações escolares

Public policies in basic education and the migratory context: the spectrum of the naturalization of violence in school relations

*Fátima Regina Burlamaqui Lima**
*Julyana Sueme Winkler Oshiro Galindo***

1 INTRODUÇÃO

Os conflitos globais envolvendo guerras estimuladas e que se inscrevem num movimento de novos arranjos geopolíticos, onde o mundo bipolar não tem mais lugar e espaço, vêm promovendo um crescente aumento nas atitudes xenofóbicas de alguns países; remetendo a situações de insegurança humanitária, vulnerabilidades e desigualdade social, fatos que estimulam saídas possíveis envolvendo o deslocamento forçado.

Também se pode incluir neste cenário os eventos climáticos extremos que estão gerando problemas de moradia e de saneamento básico, que também são motivadores da migração. Pessoas nestas condições tornam-se refugiados do clima. A pesquisa denominada “Groundswell”, publicada em 2021 pelo Banco Mundial, indica que 216 milhões de pessoas poderão ser forçadas a se deslocar de seus países até 2050 em função de eventos climáticos extremos. (Revista ARCO, 2023).

* Doutoranda do Programa de Pós-Graduação em Psicologia da Universidade Católica Dom Bosco.

** Doutora em Educação/ UFMS; psicóloga e mestra em psicologia/ UFMS; Docente Efetiva do curso de graduação em psicologia da Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul/UEMS; Líder do grupo de pesquisa Eduforp/CNPq; Orientadora de pesquisas de iniciação científica com os estudantes da Rede Básica de Ensino PICTEC/Fundect.

O Brasil presidiu e sediou a reunião do G20, grupo de países criado em 1999, com o objetivo de promover a cooperação internacional; o encontro se coloca como um dos eventos mundiais mais importantes vinculado às demandas do capital. A diplomacia brasileira construiu consenso para incluir na declaração final a tributação dos mais ricos, que seria destinada para o abastecimento de recursos necessários para a Aliança Global contra a Fome e a Pobreza. (Jornal da USP, 2024).

Ainda segundo informações do referido jornal, também se apresentou como relevante na reunião do G20, o tema do combate às mudanças climáticas, assim como os conflitos internacionais, como a guerra na Ucrânia e a crise em Gaza, acordando a defesa de soluções pacíficas e condenação dupla do uso da força e violações da soberania.

Concomitante ao encontro realizado no Brasil, ocorreu em Baku (Azerbaijão) a COP29, cujo resultado polêmico inclui uma nova meta de financiamento climático de US\$ 300 bilhões por ano até 2035; esta cifra foi considerada um “insulto” e se apresentava distante dos US\$ 1,3 trilhão reivindicados pelos países em desenvolvimento para fazer frente à crise climática, sendo caracterizada como uma “flagrante violação da justiça climática”. (ECO, 2024).

Os aspectos que envolvem a crise do clima apontadas no encontro em Baku, revelam as circunstâncias econômicas que impedem que decisões de financiamento reivindicadas por países em desenvolvimento, se coloquem como prioridades, já que tais decisões bloqueiam a possibilidade de que fatos como a seca, o desmatamento e as inundações, oriundas da ação do homem, sejam devidamente tratadas, pois estas também implicam em migrações e sofrimentos humanos.

A moldura em que se insere o processo migratório no Brasil e no mundo se desenha e se colore com as linhas e as tintas da pobreza, dos conflitos bélicos e das crises climáticas cujas raízes se encontram em um mesmo eixo: o capital. Os compromissos oriundos da reunião dos G20, destacando principalmente a aliança global contra a fome e a pobreza, já seriam um primeiro passo para a mitigação de situações sofridas por famílias em deslocamento forçado, permitindo que possam construir suas vidas em seus territórios e em suas redes de convivência culturais e afetivas.

O processo migratório se constitui num movimento de caráter marcadamente vinculado às questões políticas e econômicas que envolvem as desigualdades sociais e a busca por melhores condições de vida e de trabalho. Portanto, tal processo se relaciona aos aspectos concretos da realidade de reprodução da vida e da história, não sendo um fenômeno abstrato que ocorre desvinculado da totalidade da existência. Desta forma, pode-se considerar a seguinte contribuição:

Reputamos por essencial, para compreender devidamente a questão da migração e do refúgio, levar em conta a conjuntura histórica da sociedade em que vivemos. A cotidianidade e todos os fenômenos sociais possuem determinações particulares que se relacionam com a totalidade de uma dada sociedade, com o modo que se trabalha, com as classes sociais em conflito, com o modo de produção da vida material, com a situação econômica etc. (FARO JUNIOR e BELENZZANI, 2024, p. 48).

Quando comparado aos anos anteriores, a edição atual do Relatório Mundial da Migração (OIM, 2024) revela mudanças importantes na migração nos últimos dois anos, com grandes eventos de migração e deslocamento que causaram dificuldades, traumas e perdas em função de conflitos, terremotos, desastres climáticos e meteorológicos. Incluindo, por outro lado, deslocamentos relacionados a violências, violação de direitos, desigualdades socioeconômicas, discriminações, xenofobia, entre outros.

Ainda tratando dos dados do referido Relatório, há um número expressivo de 281 milhões de migrantes internacionais em todo o mundo, com recorde de pessoas deslocadas na cifra de 117 milhões ao final de 2022. São 135 milhões de mulheres migrantes internacionais, indicativo de um percentual de 3,5% da população feminina mundial e 146 milhões de homens migrantes internacionais ou 3,7% na população do mundo (OIM, 2024). Se em 1970, a população migrante internacional era de 84 milhões de pessoas ou 2,3% da população mundial, atualmente os dados apontam para um patamar de 281 milhões de migrantes internacionais, o que significa um salto de aproximadamente 200 milhões de pessoas em pouco menos de 55 anos.

Assim, a relevância da temática e da construção de políticas públicas que envolvam as migrações, são pautas que deveriam fazer parte das esferas federais, estaduais e municipais, considerando que a atual Lei da Migração, dispõe, entre outras providências, de medidas de assistência emergencial para acolhimento a pessoas em situação de vulnerabilidade decorrente de fluxo migratório provocado por crise humanitária. A implantação e implementação de tais políticas deveria ser preocupação de estados como Mato Grosso do Sul, em função de suas fronteiras e do significativo movimento migratório, principalmente oriundo da Venezuela.

O espaço da escola se perpetuou e se perpetua como produtor de conhecimento, socialização e inclusão social, porém, ao se analisar dialeticamente este cenário educacional de caráter formal, verificam-se as contradições oriundas do interior da sociedade onde se insere, já que o

processo de inclusão social não vem se apresentando no cotidiano escolar, já que a diferença/diversidade ainda se traduz como impedimento para que algumas pessoas nestas condições sejam efetivamente acolhidas na instituição de ensino.

Institucionalmente, o que preconiza o artigo 205 da Constituição Federal de 1988, é que a educação é um direito de todos e dever do Estado e da família, e deverá ser promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, com o objetivo do pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho. Ainda recomenda que o ambiente escolar deve ser saudável, seguro e acolhedor.

Em se tratando de políticas de acolhimento no espaço escolar, no estado de Mato Grosso do Sul o que se verifica são iniciativas governamentais que garantem a matrícula de pessoas migrantes e refugiadas na escola, independentemente de estarem ou não com a documentação em mãos, (Campo Grande News, 2024). Neste sentido, pode-se dizer que é um primeiro movimento de garantia de direito, todavia na perspectiva da recomendação da referida lei acima citada, há que se pensar na construção de políticas de boas práticas que possam efetivamente promover um espaço acolhedor e sobretudo seguro para todas as crianças e adolescentes e, principalmente para as que se encontram em situação de maior vulnerabilidade social.

Dados disponíveis no Painel de Interiorização (BRASIL, 2024), indicam que, desde abril de 2018 até julho de 2024, mais de 137 mil pessoas foram interiorizadas. O estado de Mato Grosso do Sul se encontra em quinto lugar entre os estados que mais acolheram migrantes e refugiados interiorizados, com mais de 7 mil venezuelanos, sendo as cidades de Dourados e Campo Grande os principais destinos dessa migração.

Em se tratando das migrações que se apresentam no estado de Mato Grosso do Sul,¹ são os venezuelanos que se apresentam em maior número. Estes deslocamentos oriundos da Venezuela vêm ocorrendo, em grande medida, em função do estrangulamento financeiro e comercial imposto pelas sanções estadunidenses ao país.

As análises e perspectivas que indicam uma relação entre migrações e sanções econômicas sugerem que “el bloqueo explica la mayor parte de la crisis económica que afecta al país, que ha sido el principal causante de las migraciones” (CELAG, 2019, p. 01).

Independente das origens político-econômicas que marcam o quadro venezuelano, o fato é que pessoas migrantes que adentram o território brasileiro, são portadoras de direitos que devem ser garantidos e, portanto, as ações institucionais precisam caminhar em direção da construção de políticas públicas para que tais garantias ocorram em todas as dimensões.

2 OS IMPACTOS DO ASSÉDIO MORAL NA FORMA DA VIOLÊNCIA PSICOLÓGICA NAS RELAÇÕES ESCOLARES

A inclusão das diversidades, sejam elas de caráter psicopatológico, de classe, raça, gênero e, mais recentemente, da população migrante e refugiada, que se faz presente nas escolas, se caracteriza pelas barreiras atitudinais que dificultam o processo de acolhimento, pertencimento e inclusão, indicando a necessidade de se construir boas práticas que impliquem na implantação e implementação de política pública que promova a inclusão de todos.

Estas dificuldades envolvem relações de violência psicológica, muitas vezes naturalizadas no ambiente escolar, como apelidos difamadores, brincadeiras inapropriadas que refletem o preconceito de classe, gênero e origem, assim como de violações de direitos como o que se verifica nas provas de classificação de nível de conhecimento, realizada em português pelas escolas, para crianças e adolescentes migrantes e refugiadas, onde não há presença de um tradutor.

Conforme Vygotsky (1991), a linguagem não é um fenômeno natural e inato, mas está revestida pelas determinações histórico-sociais; acrescenta-se a esta categoria da linguagem o poder de violar direitos no ambiente escolar, quando a palavra é empregada para assediar e constranger crianças e adolescentes.

A tese de doutorado de Galindo (2024), utilizou como método a pesquisa documental, realizando análise dos cadernos de ocorrências das turmas do nono ano do ensino fundamental de uma escola estadual no município de Campo Grande-MS. A autora revela o caráter policial envolvido na prática educacional em que as escolas utilizam o registro de ocorrências para identificar padrões de comportamento, prevenir conflitos e aplicar o regimento interno, atividade similar a abordagem vigilante e investigativa de monitoramento de padrões de criminalidade para posterior providência de medidas preventivas usadas pelo sistema de segurança pública.

Dialogando e concordando com a autora, as relações da escola com o diferente, o diverso, o migrante, indicam que

(...)O racismo, em particular, assume um papel significativo nesse contexto, pois eleva o potencial de crueldade ao subjugar o negro, o indígena ou o asiático pela sua cor, historicamente classificados como “raças” inferiores. Em um sistema capitalista cruel, esses grupos não apenas são tratados como objetos estereotipados, mas também são manipulados até o esvaziamento psíquico, perdendo sua individualidade e dignidade. (GALINDO, 2014, p. 103).

Ainda no que se refere à tese de Galindo, o contexto da violência e o assédio moral na escola, podem ocorrer na forma de humor sarcástico, lembrando que “(...) O humor nazista frequentemente se baseava em estereótipos e caricaturas de grupos considerados inferiores, como judeus, ciganos, homossexuais e pessoas com deficiência, retratando-os de forma degradante e desumanizante”. (GALINDO, 2024, p.76).

Brincadeiras e apelidos abusivos são presenças frequentes na sociedade e, evidentemente nas unidades escolares. Porém no âmbito do aprendizado entre os muros da escola, espera-se que tais atitudes de constrangimentos, sejam observadas e consideradas inadequadas, já que esse espaço deveria envolver, portanto, aspectos da apropriação formal do conhecimento e o desenvolvimento de habilidades sociais, como o respeito e a ética na convivência humana.

Para Galindo (2024), as punições severas se incluem no âmbito da escola, dificultando procedimentos de apoio e de expressão de criatividade:

Políticas de disciplina rigorosas são outra manifestação dessa violência no ambiente escolar. Regras que impõem punições severas por infrações menores, como atrasos, uniformes inadequados ou comportamento considerado inadequado, reforçam a conformidade e a obediência através do medo de represálias. Tais políticas, embora concebidas para manter a ordem, podem ser percebidas como injustas ou excessivamente punitivas. Elas podem criar um ambiente onde o foco está mais na punição do que no apoio e desenvolvimento dos estudantes, limitando a expressão individual e a criatividade. (GALINDO 2024, p. 82.).

Segundo a referida autora, ocasiões em que a escola promove a seleção de alunos pelo critério do desempenho acadêmico ou a alocação desigual de recursos reforça hierarquias existentes e marginaliza determinados grupos de estudantes. Tais práticas não apenas mantêm, como também legitimam estruturas desiguais dentro do sistema educacional, exacerbando as disparidades sociais e econômicas.

Afirma ainda que, “métodos de ensino e disciplina que incluem gritos, humilhação pública ou outras formas de coerção psicológica são justificadas como necessárias para manter a disciplina na sala de aula.” (GALINDO, 2024, p. 82), podendo gerar um ambiente hostil que interfere no desenvolvimento do processo de ensino e aprendizado.

Circunstâncias como as citadas remetem ao quadro que se caracteriza como a normalização da violência. Neste contexto de humilhações públicas perpetradas aos gritos por gestores, coordenadores e professores passam

a ser a justificativa para naturalizar atitudes que não são percebidas como assédio, já que fazem parte do esperado convívio em situações de relações assimétricas. Em tais relações o aluno/preto/pobre/migrante ou com alguma deficiência, ocupa o lugar do não saber, aí incluído o não-saber formal, o comportamental, o moral, entre outros.

Conforme o relatório produzido pelo GT Trabalho de Especialistas em Violência nas Escolas (2023), as medidas de enfrentamento e melhoria da convivência e do ambiente de acolhimento nas instituições educacionais, envolvem a garantia de boa infraestrutura física e espaços de diálogo e de movimentos de inclusão, com ênfase na gestão democrática e cidadã que possibilitam a resolução de conflitos.

Tais medidas de enfrentamento sugerem que os espaços de convivência, o ambiente de acolhimento e a infraestrutura da escola, juntamente com a gestão democrática podem favorecer as relações de respeito e inclusão, possibilitando a desconstrução da normalização do caráter inconveniente e imoral do constrangimento psicológico.

Se os espaços de convivência dificultam as possibilidades de haver um intercâmbio relacional e de respeito às diferenças entre pares da mesma origem territorial, o que dizer de crianças e adolescentes de outros países que já encaram as dificuldades da língua e dos costumes culturais? São essas condições de processos inclusivos que necessitam ser garantidos através de incentivo governamental às boas práticas que oportunizem a convivência democrática e a permanência dessa população migrante infantojuvenil no espaço escolar.

O cenário psicossocial, cultural e histórico de cada espaço escolar se constrói nas redes relacionais que envolvem todos os atores, com suas particularidades e desejos, crenças e valores, abordagem educacional, tendência política, compreensão de sujeito que irão permear as atitudes e interações de cada escola.

3 BOAS PRÁTICAS E CONTRIBUIÇÕES PARA A CONSTRUÇÃO DE POLÍTICAS PÚBLICAS

Para Almeida (2017), o processo migratório não se restringe à dimensão legal e política. Tal processo também engloba a subjetividade das experiências vividas pelos migrantes, que se manifestam nas práticas sociais e culturais durante o trânsito e a permanência nos países de acolhimento. É deste ponto de vista que se compreende a temática da migração, em que crianças e adolescentes são protagonistas de suas histórias de afetos e de

aprendizagem. Isso requer ferramentas metodológicas de pesquisa que permitam transitar e caminhar com elas para além da escuta, possibilitando o desvelar de violações de direitos no âmbito da escola, por meio do incentivo a construção e implantação de políticas públicas que assegurem o acolhimento e a inclusão desta população, bem como de todas e todos, considerando as suas diversidades.

As relações entre pesquisador e sujeito da pesquisa em psicologia apresentam um contexto de subjetividade/objetividade que devem ser pensados a partir dessas categorias. Visto de outra forma, a presença da vida do sujeito investigado, assim como a do pesquisador fazem parte dessa rede de afetos que ora se apresenta, configurando-se como um recorte singular a ser observado e analisado sob a ótica do referido pesquisador, sem a frieza da pesquisa positivista.

Ao definir a pesquisa participante como procedimento metodológico no campo da psicologia, há que se considerar e possibilitar o enquadramento da relação investigativa no sentido de garantir o papel do pesquisador/participante na realização dos inquéritos ou outras propostas participativas sem que ocorram direcionamentos e persuasões quanto às respostas esperadas. Dito de outra forma, o pesquisador não pode incorrer no erro de sugerir respostas, ou mesmo de se posicionar como julgador, indicando o que seria uma resposta *correta* ou *esperada*, já que, no contexto da pesquisa participante, não há perguntas dirigidas ou semiestruturadas, exigindo assim uma preparação prévia quanto aos objetivos da pesquisa e suas características procedimentais.

Quando se propõe uma compreensão do ser construído a partir da práxis social, conforme os princípios materialista e dialético, se pretende marcar um posicionamento orientador que se fundamenta nas bases concretas e implicadas socialmente na constituição do sujeito. Verifica-se, neste aspecto, que a abordagem da escola e demais atores envolvidos na prática educativa, ora pendem para uma vertente universalista/idealista do ser, ora para uma lógica desenvolvimentista/evolucionista em cujo formato não caberiam as condições sociais e concretas de existência.

Desse modo, na imensa maioria das abordagens idealistas dessas questões, a especificidade do ser social desaparece por completo; é construída, artificialmente, uma esfera desprovida de raízes do dever-ser (do valor), que em seguida é posta em confronto com um - presumido - ser meramente natural do homem, embora este último, do ponto de vista ontológico objetivo, seja tão social como a primeira. (LUKÁCS, 2013, p. 100).

Afirma Lukács (2013) que, assim como ocorreu a práxis social na forma do trabalho como marco da hominização do sujeito, também com a linguagem ocorreu um salto do ser natural para o social; num processo lento, em que permanecerão desconhecidos para sempre, ao passo que, com a ajuda do desenvolvimento das ferramentas, considerando certos limites, pode-se estudar em seu conjunto, a orientação do desenvolvimento.

A orientação e fundamentação epistemológica da psicologia sócio-histórica que se traduz na sustentação à compreensão do sujeito, parte do real, do enredo cultural, concreto e histórico de sua vida, incluindo a linguagem e os outros códigos presentes na sociedade. Estes elementos são implicados na constituição de seu desenvolvimento, evidentemente considerando os elementos biológicos que o sustentam.

Retomando a questão inicial da atuação do profissional da psicologia na escola e as políticas públicas, as referências técnicas (CREPOP, 2019) propõem uma revisão nas bases epistemológicas que possibilitem rever o caráter adaptacionista da atuação desse profissional na educação, já que esta lógica pouco avança na melhoria da educação, em especial à escolarização de crianças oriundas das classes populares.

Segundo o referido referencial, elaborado pelo Conselho Federal de Psicologia, CFP(2019), cabe à/ao psicóloga(o) escolar e educacional participar da construção de um projeto educacional que tenha como propósito coletivizar práticas de formação e de qualidade para todos; que lute pela valorização do trabalho do professor e construa relações escolares democráticas que enfrentem os processos de medicalização, patologização e judicialização da vida de educadores e estudantes; que lute por políticas públicas que possibilitem o desenvolvimento de todos e todas, trabalhando na direção da superação dos processos de exclusão e estigmatização social.

Observa-se que tais referências apontam para uma lógica coletiva no enfrentamento das dificuldades do ambiente educacional, redefinindo as orientações psicopedagógicas e possibilitando redesenhar, juntamente com a escola, as demandas medicalizantes com o propósito de ampliar a compreensão do processo de ensino e aprendizagem, assim como de interpretações morais que inviabilizam a aproximação concreta e destituída de julgamentos da problemática do aluno e de sua família.

Assim, frases simplistas para explicar condições econômicas precárias de existência humana, muitas vezes são aprisionadas em definições como “família desestruturada” para definir aquele aluno oriundo da classe trabalhadora que frequenta a escola pública, com problema de aprendizagem.

As condições concretas e históricas da construção da educação engendram os aspectos objetivos da constituição do movimento das lutas de classe, sendo que o cenário da escola é atravessado por elaborações mecanicistas, liberais e, muitas vezes preconceituosas, possibilitando o

desenvolvimento de crenças que impedem a possibilidade de compreensão e possíveis soluções da complexidade que envolve a apropriação do conhecimento. Desta forma, dialoga-se com as análises dos referenciais:

(...)As narrativas podem tomar força, deslocando dos casos problemas às histórias de vida. Porém, a lógica médica que nos atravessa vem delimitando papéis e funções na efetivação de medidas para as velhas urgências e, que bloqueiam o pensamento, pois requer outro tempo de ação. O que vemos no campo de trabalho na atualidade é que, diante das urgências e da falta de tempo para conversar, as cenas se repetem e a rotina tem sido passar o problema adiante (encaminhamento), culpabilizar (a si próprio, às crianças, aos familiares, ao sistema), lamentar-se (sofrer, adoecer, licenciar-se). Quando a potência de interferir é fragilizada traz como efeito a perda do sentido das práticas e a pouca implicação com o processo de trabalho. (CREPOP, 2019, p.40).

Ainda considerando os referenciais técnicos elaborado pelo conselho de psicologia, a escola se constitui no espaço concreto da história, da política, da economia, inserida em um território existencial em que a diversidade de vínculos e de ações requerem habilidades e embasamento teórico por parte da(o) psicóloga(o). Assim, vale ressaltar:

Entrar em interlocução com aqueles com quem vamos trabalhar é um desafio a novos arranjos, sejam eles com especialistas e professores, sejam com as crianças e familiares, que possam movimentar a escola no sentido de promover o desenvolvimento de todos os envolvidos no trabalho pedagógico. Se nos aproximamos de uma escola para dar solução aos problemas, se aceitamos tal lugar, entramos na trama que amarra o cotidiano nas questões postas. Reduzimos a atenção, a sensibilidade e os ensaios para a criação de um campo argumentativo, território de experimentação de outros possíveis e circulamos no estabelecido que levou à constituição dos impasses. (CREPOP, 2019, p.36).

O caminho percorrido pela psicologia no interior das escolas ainda reflete as abordagens classificatórias e psicologizantes em cujas demandas se apoiam os demais profissionais da educação quando convocam a(o) psicóloga/o para juntos definirem o encaminhamento para atendimentos

especializados, prévia e profeticamente, daquele aluno com algum tipo de problema de aprendizagem ou comportamento. Tal profecia reflete as atitudes e rituais que a escola vem perpetuando, em muitos casos, com o aval do profissional da psicologia.

Em se tratando de políticas públicas na área educacional vale registrar a dimensão da educação incluída nas “10 Dimensões da Governança Migratória” (MIGRACIDADES, 2023) documento elaborado em plataforma desenvolvida pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS, 2021), a proposta relacionada à educação leva em conta a existência de medidas que facilitem o acesso e a integração dos migrantes ao sistema de educação. Fato que marca posição, apontando que o acesso à educação não se resume à efetivação da matrícula.

As dimensões de governança também se referem ao ponto de vista organizacional que requer o devido acolhimento como requisito na garantia do aprendizado e da permanência dos estudantes migrantes nas escolas, sendo que a manutenção de tais garantias cabe à comunidade escolar, considerando ainda, a importância da convivência entre diferentes culturas, idiomas e experiências de vida como fatores de enriquecimento no espaço educacional.

Vale ressaltar, com base nos dados da referida plataforma, a presença de cidades certificadas com o selo MigraCidade, que vêm desenvolvendo boas práticas como Ananindeua no Pará que propõe atividades em contraturno, com a organização de classes multietárias, oferecidas por escolas municipais localizadas próximo a área em que residem indígenas migrantes e refugiados Warao; Araguaína, no Tocantins, que realiza contratação de venezuelanos como monitores nas escolas, auxiliando migrantes e professores no processo de integração, sendo responsáveis por acompanhar e desenvolver atividades cotidianas com os estudantes em português, espanhol e Warao.

Já Corumbá, no Mato Grosso do Sul, elaborou um catálogo com o objetivo de fomentar a integração entre os dois países no ambiente escolar, proporcionando o contato dos professores e alunos com as literaturas brasileira e boliviana: “Catálogo Literário na Fronteira Brasil-Bolívia.”

Em Curitiba, no Paraná, o Fórum Permanente de Educação em Direitos Humanos desenvolve a formação para profissionais da área da educação que inclui também estudantes migrantes; em Erechim, no Rio Grande do Sul, ocorre a oferta de curso preparatório para a prova do Exame Nacional de Ensino Médio (ENEM), com encontros semanais com a participação de 20 estudantes migrantes.

A cidade de Guarulhos, no interior de São Paulo, onde se encontra o Aeroporto Internacional de Guarulhos/Governador André Franco Montoro, palco de sérias violações de direitos de migrantes e refugiados, oferece um curso intitulado Migração e Inclusão Educacional.

Observa-se em experiências de boas práticas relacionadas ao acolhimento de famílias migrantes e refugiadas, um movimento que já vislumbra uma abordagem de garantias de direitos e da promoção de ações de inclusão desta população. Todavia, ainda que se constate que, em estados como o Mato Grosso do Sul, mesmo com a certificação do Selo MigraCidade, projeto cuja parceria vincula-se a OIM (Organização Internacional para as Migrações) e que faz parte do Sistema das Nações Unidas e da Universidade Federal do Rio Grande do Sul- UFRGS, a garantia institucional à matrícula não implica na construção de políticas públicas de acolhimento e respeito à cultura, língua, gastronomia, e demais elementos que constituem a história de um povo.

4 RESULTADOS E CONCLUSÕES

Os resultados parciais da pesquisa de campo, cuja metodologia implica em rodas de conversa temática, desenhos/recortes e colagem com crianças e adolescentes com idade entre 6 e 13 anos, indicam projeções de sentimento de territorialidade e processos de transição de pertencimento ao país que por ora lhes servem de abrigo e acolhimento.

Observa-se, entre tais construções lúdicas das rodas, em que solicitou-se a construção de um painel de desenho e colagem com temas: casa e escola, a necessidade das crianças e adolescentes migrantes de situar as condições de deslocamento que vivenciaram, onde a marcação territorial é simbolizada com a presença do desenho das bandeiras da Venezuela e Brasil, elaboradas por uma criança de 6 anos, marcando e sinalizando essa transição de pertencimento territorial com um círculo, incluindo as duas bandeiras. Para melhor compreensão, descrevemos o desenho das duas pequenas bandeiras, indicadas por duas setas azuis, que estão envolvidas por uma tênue linha de lápis colorido.

A criança que registra tais referências territoriais e a ligação entre as bandeiras (Figura 1), se encontra com outros familiares na cidade Campo Grande-MS, o que sugere que o fato de conviver com familiares se apresenta como condicionante positivo para a permanência menos traumática em um outro país, embora mencione que sente saudades de seu país de origem.

Figura 1 - Registro de atividades de alunos migrantes/Projeto Nova Transforma



Fonte: Acervo pessoal da pesquisadora

Em diálogo com a presidente do projeto Conexión, um dos ramos de atuação do Projeto Nova Transforma, organização social em que fora realizada a pesquisa de campo, a mesma cita que familiares migrantes relataram situações em que se verificam sinais de constrangimentos xenofóbicos na escola em relação ao tipo de lanche que crianças venezuelanas levavam, cujo odor era criticado pelos demais alunos brasileiros.

O projeto Conexión está vinculado à FUNASPH, (Fundação de Assistência à Pessoa Humana) e apresenta como finalidade o acolhimento aos migrantes, refugiados e apátridas que se encontram em extrema vulnerabilidade, assim como oferece a orientação aos serviços da assistência social e demais órgãos que promovam a inclusão desta população na cidade de Campo Grande-MS.

No Projeto Nova/Transforma também são realizados atendimentos odontológicos e psicológicos às famílias migrantes, refugiadas e apátridas. Em tais ocasiões há a oportunidade de realização de diálogos em que há denúncias e relatos que envolvem situações de constrangimento e assédio psicológico no ambiente escolar.

Em um dos diálogos com uma mãe migrante, cujo filho apresenta dificuldades de linguagem e suspeita de Transtorno do Espectro Autista (TEA), foi revelado que este sofreu castigo pela professora que não lhe permitiu sair para ir ao banheiro enquanto não dissesse a palavra banheiro.

Tal fato levou a mãe a fazer queixa à coordenação que também não se colocou à disposição para tratar do problema com a professora. Em outras ocasiões, a mãe relata a perseguição do filho pela professora, que, em situações de brigas em sala, sempre pune o mesmo, desconsiderando os outros alunos envolvidos.

A referida mãe também relata que o filho gostava da escola e da professora anterior, a partir deste ano de 2024, com a postura abusiva da então nova professora, o mesmo não mais se interessou em voltar para a unidade escolar.

Vale relatar o caso de três adolescentes, que também fazem parte do projeto de pesquisa, cuja idade se encontra entre 12 e 13 anos, em que desenvolveram atividades de arte e roda de conversa que envolvia a pintura de cores diferentes de acordo com as emoções que sentiam em determinados espaços como a escola, a casa e o projeto.

Elas pintam então de cores que remetem a alegria e satisfação os momentos em que se encontram no projeto Nova Transforma, onde brincam e realizam atividades; explicam também que se sentem felizes neste espaço, pois podem conversar e falar sobre seus medos, tristezas e vergonha. Estas últimas emoções ocorrem quando estão na escola, elas explicam, que sentem dificuldades de se comunicarem com colegas e professores, em função da língua que ainda não dominam, preferindo se manter em silêncio e sem se relacionarem com outros alunos. Assim, afirmam que vão para a escola só para estudar.

Observa-se que, considerando a experiência pessoal destas três adolescentes migrantes, o período em que permanecem na instituição escolar, parece não estar sendo um momento de construção de relações interpessoais que favoreçam o acolhimento e a percepção de pertencimento ao grupo, fato que pode interferir no processo de aprendizagem já que o espaço coletivo de convivência da escola se constitui na construção de experiências e condutas psicossociais e éticas necessárias para a coexistência humana.

Considerando os depoimentos e experiências acima descritos, pode-se inferir que os processos de constrangimentos e falta de acolhimento revelados no ambiente escolar indicam a necessidade de se construir políticas públicas que proponham instrumentos que favoreçam a inclusão de crianças e adolescentes migrantes de forma que lhes sejam garantidas uma convivência afetuosa e de respeito às diferenças para que a permanência seja de fato uma realidade.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O contexto e as condições reais da inserção dos filhos de famílias migrantes na escola, particularmente no município de Campo Grande-MS, conforme relatos de pais e alunos participantes desta pesquisa em andamento, vêm ocorrendo sem nenhuma política pública que diminua os impactos resultantes das demandas oriundas das diferenças culturais e linguísticas, entre outros fatores implicados na migração.

Desta forma, embora haja a garantia de matrícula para migrantes e refugiados, estes enfrentam situações que podem comprometer o processo de aprendizagem, além de prejudicar o desenvolvimento psicossocial.

Considerando os impactos e vulnerabilidades na vivência migratória dessas crianças, se faz prioritária a formulação de políticas públicas que possam fazer o enfrentamento, no cotidiano da rede de atendimento e proteção à violação de direitos.

Um desses pontos foi apontado pela Conferência Livre Nacional (COMIGRAR-MDHC, 2024), direcionada à esfera federal. Durante a Conferência, houve o destaque relacionado às diretrizes propositivas de garantia e promoção do acesso e permanência de migrantes, refugiados e apátridas no sistema público educacional, prevendo a formação continuada de professores e outros profissionais da área, a transversalização de temáticas nos currículos e materiais escolares, e o ensino bilíngue.

Brincadeiras e humor baseados em piadas de relações interpessoais ingênuas e infantis, repetidamente utilizadas, não podem ser consideradas como práticas “normais”. Ao ignorar tal premissa no espaço escolar, a convivência coletiva se afasta das relações saudáveis e de construção da cidadania e do respeito às diversidades. Tais práticas, portanto, podem configurar assédio moral e promoverem impactos e desdobramentos psicossociais de sofrimento. Elas não podem ser banalizadas em detrimento de uma escola inclusiva, intercultural e formadora de cidadãs e cidadãos compromissadas/os com a promoção e a defesa incondicionais dos direitos da pessoa humana, independentemente de etnia, classe social, gênero, credo e nacionalidade.

Defende-se que o espaço escolar não pode manter uma convivência saudável sem que considere que brincadeiras e humor abusivos baseados em piadas normalizadas como práticas de relações interpessoais ingênuas e infantis, sejam repetidamente utilizadas sem que sejam consideradas assédio moral e que promovem impactos e desdobramentos psicossociais sérios não podendo ser banalizados.

Quando se promove a reflexão a respeito da necessidade da elaboração de políticas públicas que tratem do contexto migratório e da inserção e permanência de pessoas migrantes e refugiadas na escola, defende-se que a esfera educacional deveria estar implicada no enfrentamento desta causa, já que se caracteriza, fundamentalmente, por ser um espaço de aprendizados e com a construção não somente dos aspectos da apropriação formal do conhecimento, mas, também, com o desenvolvimento de habilidades sociais, como o respeito e o compromisso ético na convivência humana.

NOTAS

¹ Migrantes venezuelanos constituem a maior comunidade estrangeira em Mato Grosso do Sul. A Polícia Federal reportou que o Estado abriga 10.827 venezuelanos, superando os imigrantes paraguaios, que totalizam 9.789 residentes. (CAMPO GRANDE NEWS, 2024)

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALMEIDA, L. P. de. Migração Transnacional e Refúgio: A rota de passagem por Mato Grosso do Sul. In: _____. **Migrações, fronteiras e refúgio: Mato Grosso do Sul na rota das migrações transnacionais**. Campo Grande: UCDB, 2017. cap. 1, p. 25-46.

BRASIL. **Painel de interiorização**. 2024. Disponível em: <https://aplicacoes.mds.gov.br/snas/painel-interiorizacao/>. Acesso em 20 de dezembro de 2024.

CELAG. Centro Estratégico Latino-Americano de Geopolítica. **Las consecuencias económicas del boicot a Venezuela**. 2019. Disponível em: <https://www.celag.org/las-consecuencias-economicas-del-boicot-venezuela/>. Acesso em 01 de agosto de 2024.

CREPOP - CONSELHO FEDERAL DE PSICOLOGIA. Centro de Referências Técnicas em Psicologia e Políticas Públicas. 2019. **Referências técnicas para atuação de psicólogos(os) na educação básica**. Disponível em: https://www.crpms.org.br/wp-content/uploads/2022/03/EducacaoBASICA_web.pdf. Acesso em 17 de dezembro de 2024.

ECO. **Resultado da COP29 coloca diplomacia brasileira à prova**. 2024. Disponível em: <https://oeco.org.br/reportagens/resultado-da-cop29-coloca-diplomacia-brasileira-a-prova/>. Acesso em 15 de dezembro de 2024.

FARO Jr. e BELLENZANI R. “Os impasses da sociedade contemporânea: qual é o mundo que produz as crises migratórias e as suas respectivas políticas sociais?” In: ALMEIDA, L. P.; CARISSIMI, F. S. O. (Orgs). **Expressões acadêmicas e diálogos sobre migração, refúgio e políticas sociais: interlocuções em Direitos Humanos**. São Paulo: Pimenta Cultural/UCDB, 2024.

GALINDO, J. S. W. O. **Expressões de violências na escola, tensões sociais e “raciais”**: minha presença o incomoda? Tese (doutorado) - Universidade Federal de Mato Grosso do Sul, Faculdade de Educação. Campo Grande: UFMS. 2024.

JORNAL DA UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO. **Cúpula do G20 no Brasil destaca avanços em temas econômicos e climáticos**. 2024. Disponível em: <https://jornal.usp.br/radio-usp/cupula-do-g20-no-brasil-destaca-avancos-em-temas-economicos-e-climaticos/> Acesso em 15 de dezembro de 2024.

JORNAL CAMPO GRANDE NEWS. **Sed publica resolução para garantir matrícula de crianças imigrantes.** 2024. Disponível em: <https://www.campograndenews.com.br/brasil/cidades/sed-publica-resolucao-para-garantir-matricula-de-criancas-imigrantes> Acesso em 15 de dezembro de 2024.

LUKÁCS. G. **Para uma ontologia do ser social.** São Paulo: Boitempo. 2013

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO. **Grupo de trabalho de especialistas em violência nas escolas. GT. (2023).** 2023. Disponível em: <https://new.safernet.org.br/content/grupo-de-trabalho-de-especialistas-em-violencia-nas-escolas-entrega-relatorio-ao-mec> Acesso em 30 de outubro.

MIGRACIDADES/UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL. **A Plataforma Migracidades.** (2021). Disponível em: <https://www.ufrgs.br/migracidades/a-plataforma-migracidades/> Acesso em 30 de novembro de 2024.

ORGANIZAÇÃO INTERNACIONAL PARA AS MIGRAÇÕES (OIM). **World Migration Report 2024.** 2024. Disponível em: <https://worldmigrationreport.iom.int/what-we-do/world-migration-report-2024-chapter-1/what-has-happened-migration> Acesso e 10 de dezembro de 2024.

REVISTA ARCO. UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA MARIA. **Deslocamentos migratórios forçados.** Disponível em: <https://www.ufsm.br/midias/arco/deslocamentos-migratorios-forcados> . 2023.Acesso em 15 de dezembro de 2024.

SECRETARIA DE ESTADO DE EDUCAÇÃO, SED. **Diário Oficial regulamenta matrícula de estudantes apátridas que não possuem documentos pessoais.** Disponível em:<https://www.sed.ms.gov.br/diario-oficial-regulamenta-matricula-de-estudantes-apatridas-que-nao-possuem-documentos-pessoais/> . 2024. Acesso em 10 de dezembro de 2024.

SECRETARIA DE ESTADO DE EDUCAÇÃO. 2023. **Certificação reconhece ações do MS em prol do migrantes.** Disponível em: <https://www.sead.ms.gov.br/certificacao-reconhece-acoes-de-ms-em-prol-dos-migrantes/> . 2023. Acesso em 15 de dezembro de 2024.

VYGOTSKY, L.S. **A formação social da mente.** São Paulo: Martins Fontes.1991.

RESUMO

Este estudo se insere nas reflexões acerca dos processos migratórios, particularmente no município de Campo Grande, no Mato Grosso do Sul-MS, com o propósito de analisar as especificidades das vivências de crianças e adolescentes migrantes e refugiadas na esfera da inserção na escola, assim como identificar a existência de práticas e políticas públicas existentes no espaço escolar. A fundamentação teórica de análise é a psicologia sócio-histórica, numa perspectiva marxista que possibilita uma compreensão dialética das referidas vivências que se constituem no interior da sociedade concreta, sem desconsiderar as singularidades da existência do sujeito. Serão apresentados também, os resultados parciais da pesquisa de campo desenvolvida no Projeto *“Entre flores, espelhos e faces desiguais: a dialética da força feminina nos deslocamentos humanos”*, financiado pela Fundação de Apoio ao Desenvolvimento do Ensino, Ciência e Tecnologia do Estado de Mato Grosso do Sul (Fundect) n. 10/2022 – Mulheres na Ciência Sul-Mato-Grossense (Brasil). As rodas de conversa e as atividades lúdicas foram substanciais para se acessar elementos que se encontram em estado latente na rede subjetiva que ora se apresenta através da arte.

Palavras-chave: Crianças imigrantes, Escolas, Políticas públicas

ABSTRACT

This study is part of the reflections on migratory processes, particularly in the municipality of Campo Grande, in Mato Grosso do Sul-MS, with the purpose of analyzing the specificities of the experiences of migrant and refugee children and adolescents in the sphere of insertion in school, as well as identifying the existence of public practices and policies existing in the school space. The theoretical basis for analysis is socio-historical psychology, from a Marxist perspective that allows a dialectical understanding of the aforementioned experiences that are constituted within the concrete society, without disregarding the singularities of the subject's existence. The partial results of the field research developed in the Project *“Between flowers, mirrors and unequal faces: the dialectic of feminine strength in human displacements”*, financed by the Foundation for Support to the Development of Education, Science and Technology of the State of Mato Grosso do Sul (Fundect) No. 10/2022 - Women in Science in Mato Grosso do Sul (Brazil) will also be presented. The conversation circles and recreational activities were essential for accessing elements that are in a latent state in the subjective network that is now presented through art.

Keywords: Immigrant children, Schools, Public policies

RESUMEN

Este estudio se enmarca en las reflexiones sobre los procesos migratorios, particularmente en el municipio de Campo Grande, en Mato Grosso do Sul-MS, con el propósito de analizar las especificidades de las experiencias de niños y adolescentes migrantes y refugiados en el ámbito de la inserción escolar, así como identificar la existencia de prácticas y políticas públicas existentes en el espacio escolar. La base teórica del análisis es la psicología sociohistórica, desde una perspectiva marxista que possibilita una comprensión dialéctica de las referidas experiencias que se constituyen dentro de la sociedad concreta, sin desconocer las singularidades de la existencia del sujeto. Los resultados parciales de la investigación de campo desarrollada en el Proyecto *“Entre flores, espejos y rostros desiguales: la dialéctica de la fuerza femenina en los desplazamientos humanos”*, financiado por la Fundación de Apoyo al Desarrollo de la Educación, la Ciencia y la Tecnología del Estado de Mato Grosso do Sul (Fundect) n. 10/2022 – Mujeres en la Ciencia en Mato Grosso do Sul (Brasil). Los círculos de conversación y las actividades.

Palabras clave: Niños inmigrantes, Escuelas, Políticas públicas